

Breve historial do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

A história da Cruz Vermelha começa com Henry Dunant, um homem de negócios suíço.

Em viagem pelo norte da Itália, Dunant vê-se envolvido na sangrenta Batalha de Solferino, a 24 de Junho de 1859. Horrorizado com o cenário de destruição, feridos e moribundos, desistiu de seguir viagem e tratou de reunir as mulheres das aldeias mais próximas numa igreja local para prestar os cuidados possíveis aos sobreviventes.

Três anos mais tarde, Henry Dunant desejando contar ao mundo inteiro o que vira, publica “Recordação de Solferino”, um livro que foi um apelo ao sentimento humanitário e que abalou toda a Europa.

Nesta publicação, sugere recrutar voluntários em tempo de paz para agir em tempo de guerra e também criar um tratado internacional que proteja as vítimas dos conflitos.

A sua proposta foi acolhida por outros quatro cidadãos suíços que, junto com Dunant, em 1863, formaram o “Comité Internacional para Ajuda aos Militares Feridos em Tempo de Guerra”, que, mais tarde, viria a ser designado de Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Em resposta ao convite deste Comité, especialistas de 16 países reuniram-se em Genebra, em Outubro de 1863, para adoptar as 10 Resoluções que formaram a Carta da Cruz Vermelha. Estavam, pois, definidas as funções e os métodos de trabalho para socorro a feridos. Foi também aqui utilizada, pela primeira vez, uma “cruz vermelha em fundo branco” como emblema distintivo para as sociedades tratarem os feridos (inversão das cores da bandeira Suíça, em homenagem a Henry Dunant).

A Conferência Diplomática de 1864, celebrada em Genebra, daria lugar ao nascimento do Direito Internacional Humanitário, com a assinatura da I Convenção de Genebra para a melhoria das condições dos feridos das forças armadas em campanha. As instalações médicas militares, os veículos e o pessoal sanitário têm de ser protegidos.

Em 1879, é utilizado pela primeira vez o emblema do Crescente Vermelho em fundo branco, na sequência da guerra entre a Rússia e a Turquia. Este emblema é oficialmente reconhecido na III Convenção de Genebra de 1929.

Em 1901, pelos seus esforços humanitários, Henry Dunant é laureado com o primeiro Prémio Nobel da Paz (prémio, que os componentes da Cruz Vermelha viriam a receber novamente em 1917, 1944 e 1963).

Depois da II Guerra Mundial, uma conferência diplomática deliberou durante meses antes de aprovar as 4 Convenções de Genebra de 1949, onde se incluíam pela primeira vez, disposições relativas à protecção devida das pessoas civis em tempo de guerra e que seriam completadas em 1977 com os Protocolos Adicionais I e II vigentes até hoje.

No início da década de 60, deu-se um rápido aumento do número de Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho para mais de 100, devido à independência de muitas ex-colónias em África e na Ásia.

Mas foi em 1965, na XX Conferência Internacional da Cruz Vermelha que se definiram e aprovaram os 7 Princípios Fundamentais actualmente em vigor: Humanidade, Imparcialidade, Neutralidade, Independência, Voluntariado, Unidade e Universalidade.

Em 2005, o Cristal Vermelho é adoptado por via do III Protocolo Adicional às Convenções de Genebra, que cria este emblema com o mesmo estatuto internacional que os emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho já existentes.



Sara Sampaio

Núcleo de Comunicação, Relações Públicas e Marketing

Comissão Executiva das Comemorações dos 150 anos da CVP